



IX Simpósio Nacional de História Cultural
Culturas – Artes – Políticas: Utopias e distopias do mundo contemporâneo
1968 – 50 ANOS DEPOIS
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Cuiabá – MT
26 a 30 de Novembro de 2018

AVIGORAR O CORPO, ROBUSTECER O CÉREBRO: INSTRUÇÃO PÚBLICA E SAÚDE INFANTIL EM CUIABÁ (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)¹

Renata Costa²

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA:

Passada a primeira década da instalação da República brasileira, o país se deparou com problemas de ordem social econômico, político, de saúde e de educação da sua população³. Ao trabalharmos com questões relacionadas às ideias de construção da nação brasileira, vistas como a cura de todos os males do país, nos detivemos nos

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História e Intelectuais: fontes, objetos e problemas”, no IX Simpósio Nacional de História Cultural Culturas – UFMT/Cuiabá, novembro de 2018. Resulta de uma síntese de minha tese de doutorado, defendida em 2018, no PPGHIS/UFMT, com financiamento da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Mato Grosso. (FAPEMAT). São trabalhos homônimos.

² Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (UCB/DF) e doutora pelo PPGHis/UFMT. E-mail: costa.rc@gmail.com.

³ SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; FERNANDES, F. A etnologia e a sociologia no Brasil. São Paulo: Anhambi, 1958. SKIDMORE, T. Preto no branco. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

discursos eugênicos e higienistas de uma época em que o saneamento era a palavra de ordem rumo à civilização.⁴

Desse modo, médicos, filantropos, higienistas e juristas se imbuíram da missão de construir um aparato institucional que pudesse fazer o país diminuir seu atraso, sempre em comparação aos países europeus. Instalaram-se, então, ideais de modernização, progresso e civilização aos moldes dos países hegemônicos ocidentais⁵.

A higienização do território e de seus habitantes representava uma tentativa de superar as imagens de que clima hostil e “raça impura” que condenavam o Brasil ao fracasso. Estas práticas higienistas e as eugenistas que se institucionalizavam no país criaram determinadas formas de intervenções em diferentes contextos da sociedade, na busca pela superação de problemas, o que fez emergir o ideário coerente com uma representação de infância que então se construía: a de “futuro e o esteio da nação”.⁶

Este emergente movimento de valorização das crianças como o futuro da nação, merecedoras, nesta feita, de proteção e amparo, e os esforços de legitimação da medicina como campo de conhecimento científico e instância privilegiada na ordenação do social⁷, foi inspirado na industrialização da Europa e da América do Norte. Foram fonte de comunicação com os intelectuais brasileiros, os representantes da filantropia e do governo, que tinham como ideia matriz “criança como a chave para o futuro”.⁸ Ainda neste sentido, Lopes Trovão, médico e político afirmou: “os pequenos de hoje, serão os grandes de amanhã”.⁹ Arthur Moncorvo Filho foi outro representante deste ideário de criança como “futuro e esteio da nação”, o que o motivou a fundar o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, em 1899, que era basicamente composto por dois serviços: o Serviço Gotas de Leite, e o Gabinete de Exame e Atestação das Amas de Leite

⁴ LIMA, N. T. e HOCHMAN, G. Condenado pela raça absolvido pela ciência. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V., Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

⁵ HOCHMAN, G. A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998. SCHWARCZ, 1993.

⁶ MONCORVO FILHO, A. Histórico da proteção à infância no Brasil 1500-1922. Rio de Janeiro: Empreza Graphica, 1927.

⁷ FREIRE, M. M. de L. Salvando o esteio da nação: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. In: SANGLARD, Gisele (Org.). Amamentação e políticas para a infância no Brasil. A atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928. Editora Fiocruz; 2016, p. 84.

⁸ RIZZINI, I. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011, p. 106.

⁹ TROVÃO, L. 1896. In: MONCORVO FILHO, 1927, p. 130.

Mercenárias¹⁰, cujo objetivo era mudar hábitos relacionados à saúde e à alimentação das crianças.

As instituições de saúde no Brasil, no período proposto, encontravam-se ainda em estado incipiente, e prevaleciam os discursos da filantropia e da caridade. Mudanças no modo de interpretar os cuidados para com as crianças serão efetivadas a partir da década de 1920, com a valorização, por exemplo, do saneamento¹¹, chegando até à criação do Ministério da Saúde, que se consolidou em 1953.

Destacamos também o processo de institucionalização das crianças, com a criação de creches e escolas públicas, primeiras instituições da modernidade diretamente orientadas para um grupo etário específico (até então, as escolas conventuais e os colégios religiosos eram indistintamente frequentados por crianças e adultos). A generalização da escola e a sua transformação em escola de massa promoveram a institucionalização da infância e da escola pública¹² e como afirmou Sá, criou a figura da ‘criança-aluno’¹³.

No processo civilizatório brasileiro institucionalizado que estava em curso, a escola primária passou a ser vista como local privilegiado para a inserção de novos hábitos higiênicos, pois em um mesmo local muitas crianças poderiam ser assistidas e observadas por médicos e pedagogos, que orientariam também as mães, no sentido de criar “bons hábitos” nos seus filhos, desde seus nascimentos. Desse modo, consideramos que o espaço escolar fosse importante local para averiguar as práticas em ação do projeto político de “moralização” e “regeneração” da população brasileira, expurgando antigos costumes coloniais. Além de reprodutor do discurso higienista, o ambiente escolar também delineava outros discursos sobre a infância escolarizada, uma nova tradição e condição.

No âmbito familiar, importante *locus* para o estudo dos efeitos dessas ações médicas na vida das crianças, acreditava-se que, pelo fato de a mulher contar com a função social de educar as crianças, e de ser a provedora dos afetos entre os integrantes

¹⁰ MONCORVO FILHO, 1927.

¹¹ HOCHMAN, G. 1998.

¹² RAMIREZ, F.O. Reconstitución de la infancia: extensión de la condición de persona y ciudadano. *Revista de Educación*, Madrid, n. 194, 1991. p. 197- 220, in Sarmiento, 2005, p. 371. SARMENTO, M. J. Geração e alteridade: interações a partir da sociologia da infância. In: *Revista Educação e Sociedade*. Campinas- SP. V. 26. Nº. 91. p. 361-371, maio/ago. 2005

¹³ SÁ, E. F. De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927). São Paulo: USP, 2006. p. 39-43.

da família, por intermédio delas seriam mais eficazes as aplicações de normas desejáveis, aquelas que estavam de acordo com os padrões de comportamento exigidos à época. Cresceu, desse modo, na primeira metade do século XX, a figura da mãe-higiênica, que assumia para si a responsabilidade com os filhos, reforçada pelo poder médico.¹⁴

Neste processo de erigir a nação brasileira, a criança foi percebida como um corpo econômico e político, pois cuidar da criança, evitando sua mortalidade e desamparo, era garantir um maior exército de trabalhadores saudáveis no país, e se evitaria também a formação de espíritos considerados descontentes, desajustados e rebeldes¹⁵.

Ao estudar sobre o tema “infância” no mundo atual, percebemos a necessidade de estudos históricos que nos possibilitem desvendar processos de construção da ideia de infância e de criança, de modo geral e de modo específico. Há grandes lacunas historiográficas quando se procura, por exemplo, informações sobre o abandono de recém-nascidos, os abusos sofridos por crianças em instituições como orfanatos, e os cuidados prestados ou não a elas pelo Estado. Além do Código de Menores de 1927, que demarcava o tipo de criança sobre a qual se tratava (aquelas consideradas delinquentes ou abandonadas, que deveriam ser “reeducadas” e “regeneradas”), e do Código Civil, promulgado em 1916, que substituiu o Código Penal de 1890¹⁶, há poucas fontes oficiais disponíveis sobre o tema.

Nesse contexto de intensas mudanças em todos os níveis da vida humana, em maior ou menor grau a depender dos espaços físicos e temporais observados é que se insere o presente estudo, que analisou o lugar social que as crianças ocuparam na sociedade cuiabana na primeira metade do século XX, com foco em três ambientes sociais: o espaço escolar, a atenção à saúde e o âmbito familiar.

Considerando que às crianças foi atribuída a função de serem “o esteio e o futuro da nação”, refletimos sobre o tema a partir de dois questionamentos: de que maneira as novas práticas relacionadas à infância foram aplicadas nas escolas e famílias cuiabanas? Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, na primeira metade do século XX, localizada

¹⁴ COSTA, J. F. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 100.

¹⁵ RIZZINI, 2011; PRIORE, M. D. (org.). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991. LAJOLO, M. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C. (Org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

¹⁶ BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. 1890.

em uma região de fronteira, com hábitos e costumes cristalizados, acatou e disseminou essas novas práticas civilizatórias? Como ponto de atenção especial determinamos três espaços de observação: o escolar, o de atenção à saúde, e o familiar, justamente aqueles em que o Estado investiu no trabalho de busca pela formação de uma infância desejável.

2 – O CASO CUIABANO À LUZ DAS TEORIAS DA HISTÓRIA, MEMÓRIA E INTELLECTUAIS

Para dar conta de nosso objeto de estudo, partimos em busca das vozes da infância cuiabana em fontes de diferentes origens, oficiais ou escritos de cronistas, procurando interpretá-las à luz de estudos sobre o tema. Foram fundamentais os artigos em jornais e revistas de circulação em Cuiabá na primeira metade do século XX.¹⁷

Outras fontes utilizadas no desenvolvimento do estudo foram publicações de memorialistas que à época, em Cuiabá, foram crianças, jovens e adultos, com destaque para Firmo Rodrigues¹⁸, Dunga Rodrigues¹⁹ e Maria de Arruda Muller²⁰. Com isso, objetivamos observar mudanças ocorridas na percepção sobre a infância e suas vivências, principalmente pelo fato de que dos três autores destacados foram educadores que observavam e dialogavam com crianças cotidianamente. Para que a memória possa ser utilizada na história, ela deve ser confrontada com outros testemunhos, assim como

¹⁷ As fontes documentais pesquisadas foram “A Violeta”, “O Estado de Mato Grosso”, “A Capital”, “A plebe”. Todas as informações obtidas foram analisadas levando em consideração suas relações com fontes oficiais, como o Código de menores de 1927, o Código Civil de 1916, Relatórios de Governadores, Relatórios e Regimentos da Instrução Pública e Higiene Pública. Parte das fontes documentais analisadas encontram-se no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT (NDIHR), na Casa Barão de Melgaço (CBM), na Biblioteca Nacional do Brasil (BNB), na Biblioteca Digital Institucional do Senado Federal, no Diário Oficial da União (DOU), no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (DO-IOMAT).

¹⁸ Firmo Rodrigues (Cuiabá, 1871- 1944) foi professor de Matemática, Física e Química do Liceu Cuiabano e do Liceu Salesiano São Gonçalo, e de Matemática da Escola Normal Pedro Celestino. RODRIGUES, Firmo, 1969. O acervo da família Rodrigues foi doado à Casa Barão de Melgaço, em 2003. A partir do Projeto Patrimônio Vivo de Firmo e Dunga Rodrigues, sob a coordenação da documentalista-historiadora Prof.^a Dr.^a Elizabeth Madureira Siqueira, tal acervo recebeu os devidos tratamentos da curadora da Casa Barão de Melgaço. <http://www.casabarao.com.br/index.php/acervos-de-familias/familia-rodrigues/apresentacao-rodrigues>, acesso em 28/11/2018.

¹⁹ Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Cuiabá, 1908-2002), conhecida como Dunga Rodrigues foi professora, musicista e escritora. Lecionou durante 52 anos em escolas públicas e conservatórios de Cuiabá. Faleceu aos 94 anos. <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-39/187-maria-beneditadeschamps-rodrigues>, acesso em 06/10/2017

²⁰ Maria de Arruda Muller (Cuiabá, 1898 - 2003), foi professora da Escola Normal Pedro Celestino. Lecionou em diversos estabelecimentos de ensino de Cuiabá e Poconé. <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-7/83-maria-de-arruda-mueller>, acesso em 06/10/2017

fazemos com os documentos históricos que devem ser confrontados com outros escritos, imagens ou objetos.²¹

Por valorizarmos registros de memórias escritos, partimos da premissa de que os autores, ao rememorarem experiências vivenciadas em suas vidas de décadas passadas ressignificam aquele passado ao escrever sobre ele, acrescentando novas experiências que a vida lhes ofereceu. Desse modo, um registro de memória advém de operações complexas e seletivas; entre o momento inicial da percepção de algo até sua rememoração, há uma construção de dimensão coletiva e também individual, que auxilia na reelaboração e ressignificação do vivido.²² Entre o vivido e o rememorado há um percurso de apreensão, interiorização, subjetivação de uma percepção que vem carregada das marcas da memória: “Não consiste, em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas, pelo contrário, num progresso do passado ao presente. É no passado que nos colocamos de saída”.²³

Para Le Goff, os grandes saltos qualitativos trazidos pela utilização da memória nas construções historiográficas advém do fato de que estas elaborações “mnemônicas” são compostas por experiências subjetivas que podem ser instrumentos de denúncias contra a discriminação e desigualdades nas sociedades.²⁴

Destacamos que Firmo Rodrigues, Dunga Rodrigues e Maria de Arruda Muller são aqui considerados importantes personagens pertencentes da elite intelectual cuiabana, o que norteou suas carreiras profissionais, suas obras escritas podem ser consideradas ações mediadoras culturais, agindo como agentes sociais. O que remete aos escritos de Jean-François Sirinelli.²⁵ O autor propõe analisar um intelectual do ponto de vista do historiador. Advertindo que, independente de quaisquer que sejam a notoriedade e a qualidade das personalidades destes, as mesmas devem ser tomadas como objeto de estudo no qual o historiador não deve se submeter por elas. Assim, o intelectual deve receber o *status* de fonte, ser tratado com equanimidade, mas distância. Para o historiador,

²¹ PRIORE. 2017. p. 11.

²² MONTENEGRO, A. T. História, metodologia e memória. São Paulo: Contexto, 2010. p. 39.

²³ BERGSON, H. Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 196.

²⁴ LE GOFF, J. História e memória. 5 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003. p. 419-476.

²⁵ SIRINELLI, J-F. Os intelectuais in: RÉMOND, René. Por uma história política: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV. 1996.

os intelectuais são sempre, numa sociedade, os depositários do sentido das palavras e que eles têm, portanto, um poder de enunciação que lhes confere um lugar à parte em relação aos outros objetos do historiador.²⁶

Não consideramos estes documentos dos citados memorialistas/intelectuais como “verdades” prontas e acabadas, mas sim material empírico relevante para a abordagem que escolhemos, subsídio para a produção do discurso histórico que nos propusemos elaborar. Este conjunto de fatores nos remete a Pierre Bourdieu e ao seu conceito de representação e sua busca por critérios de objetividade, que permitem diferentes olhares sobre a prática social como objeto de representações mentais (atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento) em que os agentes sociais investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representação objetais, em coisas ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que objetivam determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.²⁷

Assim, também buscamos compreender algumas representações elaboradas sobre a capital de Mato Grosso e seus moradores, e as maneiras pelas quais “tais imagens desempenham nas estratégias de manipulação simbólica de diferentes agentes sociais”.²⁸

3 – INSTRUÇÃO PÚBLICA E SAÚDE INFANTIL EM CUIABÁ, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A relevância desta temática apresenta-se pelo fato de que ao direcionamos nosso olhar para realidade socioeconômica, política e cultural de Cuiabá, em fontes documentais sobre crianças nelas inseridas, buscamos determinar os espaços reservados a elas. A pesquisa bibliográfica nos ofereceu a devida noção do quanto ainda deve ser produzido para que consigamos preencher as lacunas existentes nessa temática, principalmente porque estas não pensaram a especificidade da criança cuiabana neste período histórico, articulando os três ambientes sociais pelo qual ela circulava, qual seja, escola, saúde e família.

²⁶ SIRINELLI, J-F. Entrevista com Jean-François Sirinelli. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan.-jun., 2015. Entrevista concedida a C. RODRIGUES e I. CLAVEL

²⁷ BOURDIEU, P. O poder simbólico. Editora Difel: Lisboa/Rio de Janeiro, 1989. p. 112-114.

²⁸ GALETTI, L. da S. Sertão, fronteira, Brasil. Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2012. p. 35.

Até que a implantação do processo de escolarização se efetivasse, um longo caminho foi percorrido. Assim como as cidades sofreram um processo de reforma arquitetônica e sanitária, através dos regulamentos sanitários e outros dispositivos legais, a modernização da instrução pública também foi influenciada pelas reformas de ensino e pelos regulamentos de instrução. Estes documentos atendiam a todos os níveis de ensino, e regulamentavam e normatizavam questões ligadas ao cotidiano escolar.²⁹

Nossas pesquisas abarcaram fontes documentais desde 1878 até o fim da primeira metade do século XX. Nelas observamos constantes nos critérios que definiam a possibilidade de matricular nos estabelecimentos de ensino. As idades do candidato sempre foram o primeiro critério a ser estabelecido³⁰, assim como se eram vacinados, a exigência de não estarem acometidos de doenças contagiosas. Porém, entre um regimento e outro, algumas particularidades e aprimoramento nas expressões se destacavam, a saber.

Em 1878, os escravos eram proibidos de serem matriculados nestes estabelecimentos³¹. Em 1910, o Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso determinava que o ensino público desse nível deveria ser leigo e ministrado pelo estado a todos os indivíduos, de ambos os sexos, de idade entre sete e dez anos, sem distinção de classes nem de origem. Porém, para que uma criança não frequentasse a escola, os pais ou tutores deveriam provar que elas receberiam o ensino exigido em escola particular, ou por serem portadores de moléstia ou “defeito” físico que os impedisse de frequentá-la.³²

Em 1916, a definição da vacina de varíola, ou já haver já sofrido varíola, foram explicitados, acrescentando o termo repugnante para adjetivar os doentes³³. Até então, falava-se de vacinas e doenças, mas, os documentos não explicitavam quais eram.

²⁹ SIQUEIRA, E. M. História de Mato Grosso. Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002. p. 14.

³⁰ Apesar da idade ser o primeiro item a ser considerado como condição de matrícula, a idade entre um documento e outro sempre mudava, as matrículas eram condicionadas a candidatos entre 7 a 12 anos, em geral.

³¹ APMT - Regulamento das escolas primárias e secundárias de Mato Grosso- Instrução Pública- doc. 210. Período 1878 – Regulamentos

³² APMT. Regulamento da Instrução Pública Primária, 1910.

³³ APMT - Regulamento do Liceu Cuiabano – equiparado ao Colégio Pedro II – baixado decreto n. 417 de 11 de janeiro de 1916.

Em 1942, continuavam a restringir as matrículas dos afetados de moléstias contagiosas ou repugnantes e os anormais, incapazes de receberem instrução nas classes comuns³⁴. Aqui destacamos o termo ‘classes comuns’, fazendo-nos supor a inauguração de classes específicas para os “normais” e outras classes para os alunos “não normais”.

No item denominado Higiene Escolar, em 1910, aprimorou-se o Regimento acrescentando a necessidade de “vacinação e revacinação como preventivo contra o contágio da varíola deve merecer toda a atenção do Diretor”, assim como a definição de que “os alunos que contraírem moléstias contagiosas ou repugnantes deverão ser retirados dos estabelecimentos até cessarem as causas que motivarem tal medida”. Houve um alerta aos Diretores, determinando que os que tiverem conhecimento de que as faltas consecutivas dadas por algum aluno provêm de moléstia suspeita, (e, em casos de epidemia), deveriam comunicar ambos os fatos à autoridade sanitária com as competentes informações.³⁵ Ainda no mesmo documento abordou-se que como meio disciplinar secundário era autorizada a concessão de prêmios e aplicação de penas morais, abolido terminantemente o castigo físico de qualquer natureza³⁶.

Em 1916, podemos destacar as atribuições dos Inspectores de alunos, a eles eram atribuídas as funções de estarem em contato com os alunos, buscando “refrear-lhes os más instintos, impedindo a infração dos bons costumes e observando-lhes com brandura e polidez os atos contrários a moralidade e boa educação”. Também eram diretamente responsáveis, perante o Diretor, pela manutenção da ordem e disciplina interna e perfeita execução de qualquer determinação emanada da autoridade competente³⁷. Neste mesmo sentido, em 1931, preconiza-se que urge a ação conjunta do professor e do médico nas escolas, um corrigindo os caracteres incipientes, alimentando almas, o moral da infância, o outro “avigorando-lhe o corpo, robustecendo lhe o cérebro”, concorrendo assim, para a maior das obras humanas a salvação das crianças, o saneamento da raça, a elevação da sociedade, a grandeza da pátria.³⁸

³⁴ APMT - APMT - Organização do Ensino Primário e Normal- XVII Estado de Mato Grosso – Ministério da Educação e Saúde – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – 1942.

³⁵ APMT - Regimento Interno dos Grupos Escolares Mandado observar pelo dec. N. 258 de 20 de Agosto de 1910.

³⁶ APMT - Regimento Interno dos Grupos Escolares. 1910.

³⁷ APMT - Regulamento do Liceu Cuiabano. 1916

³⁸ APMT. Relatório apresentado pelo Secretário Geral do Estado, 1931.

A ideologia eugenista também se apresenta na ideia de “saneamento da raça”. O discurso do Secretário Geral do Estado dirigido ao interventor federal identifica a escola como *locus* privilegiado para a transmissão de valores considerados fundamentais da sociedade, lugar onde seriam ministrados os conceitos e conteúdos básicos necessários para a desejada harmonia social.³⁹

Neste contexto, o discurso salvaguardista também pode ser ilustrado por Ferreira Mendes

Torna-se imprescindível cometer aos educadores, aos professores, sobretudo primário, a tarefa de ministrar preceitos e noções com que se logre inculcar no espírito infantil a consciência dos deveres, amor às coisas nobres, orientando-o sobre o modo de proceder para com os seus semelhantes. É contristador o observar-se que hoje se formam gerações e gerações de crianças completamente ignorantes de coisas tão relevantes para o indivíduo e para a sociedade.⁴⁰

Contrapondo aos discursos oficiais apresentamos os discursos dos memorialistas/intelectuais cuiabanos abordando a infância cuiabana pelo viés das práticas salvaguardistas/civilizatórias brasileiras neste contexto.

Firmo Rodrigues defende que o discurso saneamento da raça e eugenista preconizando

Salvar milhares de crianças é concorrer para o povoamento do solo, com gente sadia, apta para o trabalho, sem a característica do Jeca.⁴¹

Maria Mulher, ao narrar sobre a forma de funcionamento da Saúde Pública de Cuiabá, na sua infância, narra a prática higienista

Quando estudava o curso primário, despertei-me para os serviços de Saúde Pública... A medida preventiva do governo Júlio Müller era revolucionária! Dava sacudida nas nossas condições de vida; mexia com o ser humano, arrematava senhoras grávidas para frequentar o Centro; fiscalizava nossas moradias e os insetos; intimava dentro de certo prazo a construir privada higiênica; controlava as doenças venéreas; atacava o piolho na cabeça da criançada da escola, enfim, a Saúde Pública realmente fazia o papel de preservação contra as doenças ... Meu primeiro contato com esse serviço público, ocorreu quando vacinei contra a varíola ... Na santa ingenuidade de criança, não achei

³⁹ SIQUEIRA, 2000. p. 32.

⁴⁰ APMT - Relatório apresentado ao Sr. Secretário Geral do Estado pelo Diretor Geral da Instrução Pública. Relator Prof.º Francisco A. Ferreira Mendes. Período 1942.

⁴¹ RODRIGUES, F. Figuras e coisas da nossa terra. Gráfica Mercúrio: São Paulo, 1959. p. 116-117.

que me faziam nada de bom, a não ser provocar aquelas duas feridas no braço, que me marcaram pelo resto da vida! Para ingressar no Curso Ginásial, os alunos eram submetidos ao Exame de Saúde, constante: abreugrafia e exame de escarro, contra a tuberculose; muco nasal contra a lepra; exames dentários, de vista, de fezes, sangue, urina; vacinação contra varíola e exame clínico. Tudo isso no Centro de Saúde do Estado.⁴²

Dunga Rodrigues também evidencia o discurso higienista presente, mas esta aborda o âmbito da instrução pública

Lembrei-me então de que as exigências da professora Guilhermina não passavam de uma preocupação de desenvolver na Escola, o seu verdadeiro objetivo – Educar! Ela não se limitava a transmitir conhecimentos didáticos, a matéria pura, mas se esforçava em cuidar... e como! Fazendo desabrochar nos alunos, os princípios básicos para a formação da juventude. Supria também a deficiência que traziam do lar, fazendo-lhes conhecer os rudimentos elementares de uma boa educação.⁴³

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, ao analisar a organização pedagógica da instrução pública em Cuiabá, na primeira metade do século XX pudemos inferir que esta cidade, na primeira metade do século XX, acatou e aplicou práticas civilizatórias à infância, e conferiu à criança cuiabana, por intermédio de políticas públicas de educação e saúde, o estatuto de “futuro da nação”. Desse modo, atuou de modo coerente com os objetivos salvaguardistas e nacionalistas próprios da primeira metade do século XX no Brasil.

Assim, concluímos que em Cuiabá, as ações das Inspetorias de Instrução Pública e da Higiene Pública tinham nos estabelecimentos de ensino espaço privilegiado, e atuavam em Cuiabá do mesmo modo que no restante do país, vigiando, em benefício do Estado, a ordem social de acordo com preceitos da medicina social e higienista. À escola estavam destinadas a transmissão das práticas higiênicas e eugênicas dirigidas às crianças e suas famílias, supervisionadas por médicos, nos serviços da Higiene Escolar, que deveriam cuidar da vacinação, da assistência às crianças desvalidas, das medidas de higiene, da disciplinarização e das campanhas de esclarecimento.

⁴² MÜLLER, M. Cuiabá ao longo de 100 anos. Editora Eletrônica: Selma Carvalho, 1994. p. 121-122.

⁴³ RODRIGUES, D; MÜLLER, M. Cuiabá ao longo de 100 anos. Editora Eletrônica: Selma Carvalho, 1994. p. 167-170.

Entendemos que houve mudanças no modo de viver a infância em Cuiabá ao longo da primeira metade do século XX, impulsionadas pelos discursos higienistas e eugenistas. Guerra, revoltas, epidemias, carestia, deixaram marcas na capital de Mato Grosso, impondo a toda sociedade a necessidade de se reorganizar⁴⁴. Os problemas de ordem sanitária de Cuiabá se assemelhavam aos de outras cidades brasileiras, com graves falhas infra estruturais.⁴⁵

Houve sempre demora considerável entre o lançamento oficial de políticas de saneamento nos grandes centros urbanos e sua aplicação em Cuiabá. A alegação maior era a de escassez de recursos financeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. História social da criança e da família; tradução de Dora Flaksman – 2.ed. [reimpr.] –Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BERGSON, H. Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Editora Difel: Lisboa/Rio de Janeiro, 1989.

COSTA, J. F. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
FERNANDES, F. A etnologia e a sociologia no Brasil. São Paulo: Anhambi, 1958.

FREIRE, M. M. de L. Salvando o esteio da nação: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. In: SANGULAR, Gisele (Org.). Amamentação e políticas para a infância no Brasil. A atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928. Editora Fiocruz; 2016.

GALETTI, L. da S. Sertão, fronteira, Brasil. Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2012.

HOCHMAN, G. A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

LAJOLO, M. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C. (Org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

LE GOFF, J. História e memória. 5 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

⁴⁴ GALETTI, 2012; SIQUEIRA, 2012

⁴⁵ VOLPATO, L. R. R. Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá 1850/1888. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

LIMA, N. T. e HOCHMAN, G. Condenado pela raça absolvido pela ciência. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V., Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

MONCORVO FILHO, A. Histórico da proteção à infância no Brasil 1500-1922. Rio de Janeiro: Empreza Graphica, 1927.

MONTENEGRO, A. T. História, metodologia e memória. São Paulo: Contexto, 2010.

PRIORE, M. D. (org.). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

RAMIREZ, F.O. Reconstitución de la infância: extensión de la condición de persona y ciudadano. *Revista de Educación*, Madrid, n. 194, 1991.

RIZZINI, I. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

SÁ, E. F. De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927). São Paulo: USP, 2006.

SARMENTO, M. J. Geração e alteridade: interações a partir da sociologia da infância. In: *Revista Educação e Sociedade*. Campinas- SP. V. 26. Nº. 91. p. 361-371, maio/ago. 2005.

SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 -1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIQUEIRA, E. M. História de Mato Grosso. Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIRINELLI, J-F. Os intelectuais in: RÉMOND, René. Por uma história política: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV. 1996.

SIRINELLI, J-F. Entrevista com Jean-François Sirinelli. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan.-jun., 2015. Entrevista concedida a C. RODRIGUES e I. CLAVEL. <http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/423>, acesso em 07/12/2018

SKIDMORE, T. Preto no branco. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976

VOLPATO, L. R. R. Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá 1850/1888. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

Fontes:

APMT - Organização do Ensino Primário e Normal- XVII Estado de Mato Grosso – Ministério da Educação e Saúde – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – 1942.

APMT - Regimento Interno dos Grupos Escolares Mandado observar pelo dec. N. 258 de 20 de Agosto de 1910

APMT - Regulamento das escolas primárias e secundárias de Mato Grosso- Instrução Pública- doc. 210. Período 1878 – Regulamentos

APMT - Regulamento do Liceu Cuiabano – equiparado ao Colégio Pedro II – baixado decreto n. 417 de 11 de janeiro de 1916

APMT - Relatório apresentado ao Sr. Secretário Geral do Estado pelo Diretor Geral da Instrução Pública. Relator Prof.º Francisco A. Ferreira Mendes. Período 1942. Documento 114. Estante 11

BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086publicacaooriginal-1-pe.html>, acessado em 05/010/2017

MÜLLER. M. RODRIGUES, D. Cuiabá ao longo de 100 anos. Editora Eletrônica: Selma Carvalho, 1994.

RODRIGUES, Dunga; MÜLLER, Maria. Cuiabá ao longo de 100 anos. Editora Eletrônica: Selma Carvalho, 1994.

RODRIGUES, F. Figuras e coisas da nossa terra. Vol. 2. Cuiabá: Oficinas Gráficas da Escola Técnica Federal de Mato Grosso, 1969.

RODRIGUES, F. Figuras e coisas da nossa terra. Gráfica Mercúrio: São Paulo, 1959.